

THE POWER OF VOICES PARTNERSHIP

Habilitando cadeias de valor a favor dos pobres



A economia de moçambicana é essencialmente agrária. A agricultura tem um peso bastante significativo na economia nacional, contribuindo com cerca de 24% para o Produto Interno Bruto (PIB). Com uma população de 30,37 milhões de habitantes e um crescimento demográfico anual de 2,9%, mais de 70% da população moçambicana depende da agricultura como fonte de

sobrevivência.

Nas últimas décadas, com o aumento da produção dos outros sectores da economia, com destaque para a indústria extractiva, o peso do sector agrário tem tido uma tendência de redução relativa do seu contributo na produção total da economia.

Contrariamente ao esperado, essa realocação da actividade económica não é acom-



panhada de uma transformação estrutural ou modernização. O sector ainda enfrenta profundas dificuldades¹, tais como: i) baixa produtividade resultante do baixo uso de insumos agrícolas; ii) pouco investimento e um crescimento de produtividade correspondentemente baixo; iii) dificuldades no acesso aos mercados de insumos; iv) baixa competitividade agrícola; v) políticas públicas que, além de secundarizarem a agricultura, são instáveis e incoerentes.

Estes aspectos tornam-se ainda mais preocupantes tendo em conta que o sector agrário continua sendo a principal fonte de emprego para a maioria dos moçambicanos.

Com isso, milhões de pessoas continuam a viver em pobreza absoluta, e com problemas sérios de baixos rendimentos, desemprego, e insegurança alimentar.

Segundo o Relatório Global de Crises Ali-

mentares de 2020², 1,7 milhões de moçambicanos são afectados pela insegurança alimentar, estando 1,4 milhões em estado de crise alimentar e 265 mil em situação de emergência alimentar. A acrescentar, mais de 67 mil crianças com menos de cinco (5) anos sofrem de desnutrição grave, 60,2% têm anemia e 42,6% têm problemas de crescimento.

E mais, a maioria da população moçambicana (cerca de 65%) vive nas zonas rurais com dificuldades de acesso aos serviços básicos como educação, saúde e água.

Essencialmente, nas zonas rurais a pobreza deve-se ao limitado desenvolvimento da agricultura, ao baixo acesso ao mercado e à fraca produtividade das culturas alimentares.

Assim, o desenvolvimento da agricultura é fundamental para garantir a redução da pobreza, mas também para assegurar segurança alimentar e nutricional, e outros benefícios sociais.

¹ <https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/dr-62/>

² Esses dados foram colhidos antes da crise gerada pela Covid-19, por isso o panorama global alerta que o número de pessoas em situação de insegurança alimentar aumentou expressivamente, devido à pandemia.

Tabela 1: Focos de intervenção do projecto

- 1) Apoiar o desenvolvimento de parcerias entre os actores da cadeia de valor com base em propostas de negócios viáveis;
- 2) Promover práticas alternativas de negócios e colaboração da sociedade civil com o Governo;
- 3) Capacitar e transferir conhecimentos para os pequenos agricultores nas cadeias de valor agrícolas de modo a aumentar o acesso aos mercados;
- 4) Melhorar a competitividade da agricultura de pequena escala;
- 5) Aumentar o rendimento dos pequenos produtores;
- 6) Apoiar o desenvolvimento de marcos legais para a tributação efectiva da indústria extractiva e o investimento das receitas no desenvolvimento sustentável de cadeias de valor agrícolas inclusivas.



É importante assegurar que as melhorias da agricultura não sejam concentradas em apenas algumas partes da cadeia de valor, deixando de lado outros desafios importantes. No contexto de Moçambique, convém que o desenho de políticas que gerem iniciativas de promoção de cadeias de valor a favor dos pobres, tentando superar desafios como as bar-

reiras de entrada para produtores agrícolas pobres e fornecedores de insumos e serviços.

É neste contexto que o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) e NANA, em parceria com a OXFAM Moçambique, iniciaram a implementação do projecto ENABLING VALUE CHAINS PRO-POOR, com o objectivo de promover melhorias da competitividade

dos pequenos agricultores e o sector do agrogócio, garantindo assim o crescimento económico rápido, sustentável e de base ampla em cadeias de valor agrícolas.

O projecto faz parte de uma acção global a ser implementada em mais de 10 países, nomeadamente Brasil, África do Sul, Gana, Nigéria, Quênia, Uganda, Índia, Vietname, Indonésia, Camboja, Mianmar e Moçambique.

Este projecto é implementado no âmbito do *Power of Voices Partnership (PvP) Fair for All*, que é um programa de influência com o Ministério das Relações Exteriores da Holanda. O programa *FAIR for ALL* liderado pela Oxfam Novib é uma iniciativa de cinco (5) anos que tem como objectivo principal promover o comércio global e cadeias de valor que sejam justas para todos. A tabela abaixo faz indicação das áreas específicas de intervenção.

CDD promove diálogo nacional sobre reformas comerciais e fiscais

O conjunto de políticas fiscais e comerciais tomadas em relação ao País tem início no período em que vigorava a economia centralmente planificada, na implementação do Plano Prospectivo Indicativo (PPI) entre 1980 e 1990. Posteriormente, devido ao fracasso do PPI, Moçambique introduziu o Plano de Reabilitação Económica (PRE) em 1987, com assistência técnica e financeira das instituições de *Bretton Woods* (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional).

Com o fim da guerra civil e realização das primeiras eleições em 1994, foram implementados vários programas de reconstrução das infra-estruturas económicas destruídas pelo conflito armado, e desta forma promover o crescimento e desenvolvimento económico do País³.

Apesar do crescimento económico poder ser, em geral, benéfico para os pobres, a verdade é que nem sempre os pobres se beneficiam proporcionalmente do crescimento e as disparidades do rendimento geralmente

umentam durante as fases de crescimento. Portanto, as políticas devem estar alinhadas proporcionando intencionalmente um crescimento a favor dos pobres. Por exemplo, garantir políticas que aumentem as oportunidades para os produtores de pequena escala tem o potencial de melhorar a vida de pessoas que habitam no meio rural, e também de reduzir os altos níveis de desigualdade social.

O CDD irá promover o engajamento do sector privado ao longo da cadeia de valor agrícola, bem como criar plataforma ou processo com as partes interessadas para promover o diálogo nacional sobre as reformas comerciais e fiscais.

Com isso espera-se que efectivamente as políticas reflectam o estabelecido na Constituição da República de Moçambique, designadamente de que a agricultura é a base do desenvolvimento. A terra arável e água abundante de que o País dispõe devem ser efectivamente transformados em alimentos e riqueza para os moçambicanos.

³ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/08/Que-caminhos-Mocambique-deve-seguir-para-assegurar-maior-contributo-da-industria-extractiva-no-crescimento-e-transformacao-economica-estrutural.pdf>



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Dimas Sinoia
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoia, Américo Maluana e Betuel Chau
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

